

Ata n.º 2

Reunião do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI) (Ordinária)

No dia 20 de maio de 2019, pelas 15h00, na sede desta CIM, em Coimbra, reuniu o **Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI)** da Região de Coimbra convocado pelo Presidente do Conselho Intermunicipal (CI), José Carlos Alexandrino Mendes, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da Ata n.º 1, de 20 abril de 2018
2. Apresentação novos Presidente e Vice-Presidentes do Conselho Intermunicipal
3. Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial
4. Apresentação Prioridades para o Ciclo 2021-2027
5. Coimbra Region: A Million Food Stories - Região Europeia da Gastronomia 2021
6. Urban Agenda
7. Transferência de Competências
8. Outros assuntos

À hora anunciada na convocatória, o Presidente do Conselho Intermunicipal (CI), adiante designado Presidente do CI, José Carlos Alexandrino Mendes, fez circular a lista de presenças para assinaturas dos presentes, que se junta como anexo à presente ata, tendo-se verificado a existência do *quórum* necessário.

O Presidente do CI deu as boas vindas aos conselheiros, agradeceu a presença de todos referiu os importantes contributos que poderão ser dados pelas entidades que compõem este órgão dando início de seguida à reunião.

1. Aprovação da Ata n.º 1, de 20 abril de 2018

O Presidente do CI colocou à discussão e aprovação da ata n.º 1, de 20 de abril de 2018, não tendo sido suscitadas, pelo CEDI, quaisquer correções à mesma.

O Presidente do CI colocou a ata n.º 1, de 20 de abril de 2018, a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria.

2. Apresentação novos Presidente e Vice-Presidentes do Conselho Intermunicipal

O Sr. Presidente do CI apresentou aos Conselheiros a composição dos membros da direção do Conselho Intermunicipal (CI) na sequência da eleição ocorrida neste órgão no dia 02 de maio de 2019.

O CEDI tomou conhecimento.

3. Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

O Secretário Executivo Intermunicipal fez uma apresentação detalhada sobre o Pacto, falou da monitorização financeira e das prioridades de investimento mais relevantes, referiu a estratégia integrada de desenvolvimento territorial da região de 2014-2020, o seu posicionamento e objetivos, áreas de intervenção, colocando-se ao dispor para quaisquer esclarecimentos necessários.

Sobre este assunto, fez-se uma auscultação aos conselheiros que começaram por felicitar a nova direção:

Tomou a palavra Dr. Jorge Brandão, da CCDRC, referindo a importância de pensar uma estratégia para a região, não apenas cingida ao Programa Operacional Regional, participada e no sentido estratégico de longo prazo, prazo que irá além dos períodos de programação dos fundos europeus. Mais referiu que a estratégia não poderá estar vinculada ao Programa Operacional Regional, fonte de financiamento importante e principal fundo que apoia o Pacto dado que existem outros programas temáticos de igual importância, dando como exemplo o COMPETE - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização entre outros. Referiu que há ainda um trabalho imenso a fazer no atual período de programação. Projetos piloto que mostram do que a região é capaz no próximo período de programação, os dois grandes temas são a Europa Inteligente e a Europa Verde “o grosso do fundo do próximo período de programação serão alocados a estas duas prioridades”. Apela ao ajustamento de estratégias e perspetivas de futuro.

Interveio a Dr.^a Isabel Pechincha da ARS Centro realçando a importância da implementação de projetos saudáveis no âmbito da Saúde e do envelhecimento da população. Mostrou-se preocupada com o acesso aos Cuidados de saúde e a lista de espera dos utentes, maior investimentos hospitalares/ equipamentos, medias sustentáveis quer para o sistema quer para o cidadão.

Por seu lado a Dr.^a Cristina Oliveira da Dgeste referiu que ainda há muito para fazer em termos de reorganização da rede escolar, a importância dos Investimentos em infraestruturas escolares, o défice de eficiência energética em edifícios escolares. No que diz respeito à promoção do sucesso escolar, importa dizer que a medida 10.1, não ficou concluída e que se espera pelo próximo quadro de apoio.

Relativamente à área de pessoal não docente, diz que é uma área que carece de atenção, pela parte da capacitação de recursos. Realça a importância da ligação da rede de Ensino

profissional nível Secundário alinhada com as ofertas do Ensino superior e do sector empresarial de forma articulada já que só assim resulta uma rede sustentável e que vá ao encontro das verdadeiras necessidades dos territórios e não dos agentes que as promovem. Referiu que a dimensão da inclusão é fundamental, da sustentabilidade ambiental, da simplificação de processos administrativos.

Tomou a palavra o Eng.º Ramiro Miranda do Centro Distrital do ISS de Coimbra falando na importância da renovação dos equipamentos, nas infraestruturas, a nível de certificação energética e na importância da transferência de competências a provocar alterações organizacionais a nível das autarquias e dos serviços do estado central. Toda esta orgânica funcional do novo programa terá de ter isto em consideração. Concluiu, dizendo que este novo programa terá de ser avaliado pelos serviços nacionais do ISS.

Iniciou a sua intervenção o Dr. Carlos Figueiredo da Turismo Centro de Portugal felicitando a nova direção da CIM e deu nota que é importante avaliar o desenvolvimento dos projetos anteriores e há que adaptar e redesenhar uma estratégia que deve adaptar-se a uma nova realidade e adaptar o *modus faciendi*. O turismo tem um papel importante, transversal, numa área decisiva no desenvolvimento do território e da economia regional, o envolvimento desta área neste processo será essencial.

Da PSP de Coimbra (Comando de Coimbra), o Comandante Rui Moura salientou não existir autonomia financeira e o envolvimento em qualquer projeto é na perspetiva de beneficiários e não de investidores. No próximo quadro há uma perspetiva de consolidação do fundo de segurança interna que é completamente autónomo. Reforçou ainda que é necessário investimento na chamada “segurança passiva”.

Espera a continuação da colaboração com as entidades legalmente constituídas e também em termos de região com a CIM.

Interveio o Sr. Tenente Coronel Henrique Armindo da GNR, comunicando a disponibilidade para colaborar em projetos dando como exemplo a colaboração com a PSP, em que partilham muitas preocupações e interesses comuns. Disse igualmente que as estratégias nacionais não interferem nas colaborações regionais.

Tomou a palavra o Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, Prof Luís Simões da Silva, falando na importância da reavaliação da segunda fase do atual programa quadro.

Focou o problema da demografia e da fixação das empresas que permitam desenvolver a região, com a finalidade de captar investimento. Entende que os instrumentos disponíveis deveriam ser direcionados para eliminar todos os bloqueios à capacidade de atrair outro tipo de empresas. Prosseguiu dizendo que deveria existir a capacidade de interligação de todos os processos de uma forma a torná-los mais competitivos, eliminando os bloqueios de acessibilidade à região o que favoreceria a chegada de interlocutores internacionais à mesma,

desenhar programas que consigam combinar aquilo que é a capacidade técnica e científica das instituições de investigação e desenvolvimento com a capacidade de implementação das empresas e com o cliente que quer beneficiar dela.

Do IPC interveio o Dr. Daniel Roque Gomes que situa a sua intervenção nas preocupações do instituto no que diz respeito às ligações com o tecido empresarial, com o território, dada a proximidade com as instituições da zona em que se insere o IPC. Na área da inovação e capital humano ressaltou a importância destas instituições no crescimento e no apoio direto à comunidade, referiu os programas de investigação e desenvolvimento, a dificuldade das ciências sociais e empresariais em conseguir trabalhar em paralelo com os colegas das áreas das ciências exatas, deveria “olhar-se a ciência no seu todo e nivelar discrepâncias dentro daquilo que são programas de apoio à investigação “. Apelou à maior colaboração entre as empresas e as instituições, mais meios e canais abertos ao dispor para conseguirem trabalhar em proximidade e construção de serviços e soluções para as empresas nas mais diferentes áreas.

Mencionou a importância de trabalhar em programas de reconversão de carreiras, já que o mercado de trabalho está diferente de há uns anos atrás e necessita de profissionais adaptados ao novo mercado. Julga que deveria haver um programa de apoio à empregabilidade, ao empreendedorismo no ensino superior, programas em parcerias com empresas que permitissem apoiar a criação de empregos.

Relativamente a infraestruturas referiu que as instituições politécnicas têm problemas com edificado, residências (requalificação ou novos espaços), assiste-se a alguma carência a este nível sugerindo a criação de algum programa que apoiasse esta medida.

Tomou a palavra a Presidente da Direção do IPN, Dr.^a Teresa Mendes falando na importância da inovação e o fortalecimento dos Centros de Investigação e as Instituições do saber e o seu envolvimento com as empresas. Ressaltou a importância do aumento da produtividade das empresas e o seu fortalecimento. Relativamente à questão do Empreendedorismo, destacou a importância de um trabalho em rede, criar redes de incubadoras, para o equilíbrio do território. Saliu que as empresas, por falta de quadros não têm tido um grande impacto no seu desenvolvimento, havendo mesmo assim alguns efeitos positivos, na medida em que já existem empresas com sucursais noutras cidades. Programa de atrair talento que aumentaria a competitividade das empresas e criaria postos de trabalho sediando mais empresas no território.

Destacou elevada importância ao setor espacial, que tem vindo a crescer na região fruto da parceria com a Agência Espacial Europeia (ESA) que tem dinamizado um conjunto enorme de empresas da região. Setor com enorme potencial pois tem aplicação em todas as áreas de atuação e tem-se conseguido criar uma excelente dinâmica neste âmbito. Deu nota que se irá

realizar, em Coimbra no mês de outubro, em data a anunciar, a reunião anual da ESA mostrando-se muito satisfeita com este evento.

Por seu turno a Dr.^a Osória Veiga do IAPMEI referiu a importância da possibilidade da incrementação da ligação das Universidades às empresas, transferência de conhecimentos e simplificando os processos. Referiu a necessidade de voltar a repensar as candidaturas integradas, ser dada a possibilidade de investimentos pontuais para pequenos investimentos e a manutenção de registo de pedido de auxílio deve ser uma medida a perdurar, critérios de análises mais ajustados quer ao montante quer à complexidade dos investimentos.

Interveio o Presidente do Conselho Empresarial do Centro, Dr. José Couto aludindo à importância da competitividade com outros territórios.

Na sua opinião, é necessário captar um conjunto de empreendedores e/ou empresários, estrangeiros ou nacionais e ter atenção com as infraestruturas e acessibilidades. Destacou a importância da aposta na qualidade dos Politécnicos e das Universidades e o seu relacionamento com as empresas reforçando a competitividade.

A questão da saúde, do acesso, de criar confiança para que as pessoas se possam instalar nos territórios. Entende que é necessário alterar a oferta formativa das escolas por forma a preparar as pessoas para aquilo que as empresas necessitam, que se vai alterando face ao avanço tecnológico e a alteração da mão-de-obra no futuro.

Relativamente ao processo de industrialização 4.0, disse tratar-se de um processo de grande investimento, grande dimensão, tornando-se necessário que os municípios apoiem as empresas a fim de promover emprego.

Por fim, quanto à economia circular, salientou a importância da certificação ambiental “existem RSU a céu aberto e é importante que se faça cumprir a lei”.

Interveio a Dra. Rita Fernandes da Associação Nacional de Escolas Profissionais iniciou a sua intervenção felicitando a CIM pelo estudo realizado de Antecipação de Necessidades de Qualificação de nível intermédio, que é um instrumento orientador para a constituição da rede de ofertas formativas qualificantes do território da CIM.

Informou que o POCH, no âmbito do Eixo Prioritário 4, Tipologia 4.1, abriu concurso para apoiar as escolas na implementação do Sistema de Garantia da Qualidade, alinhado com os princípios EQAVET Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade na Educação e Formação Profissional, e que no final de 2020 as escolas profissionais já estarão certificadas, cumprindo desta feita com a exigência europeia quanto à certificação da Qualidade.

Mencionou as fragilidades e limitações do financiamento do POCH que não cobre todas as despesas com a educação e formação dos jovens dos cursos profissionais e dos cursos de educação e formação _CEF, acarretando grandes constrangimentos às escolas que formam

técnicos qualificados para o mercado de trabalho e que promovem um serviço público de educação e de inclusão.

Referiu a necessidade de abertura de linhas específicas de apoio a financiamento de infraestruturas e de equipamentos para dotar as escolas profissionais de melhores condições. Relativamente aos Cursos Técnicos Superiores Profissionais referiu a necessidade de haver uma articulação territorial com a rede de cursos profissionais existentes e com o sector empresarial

Interveio a Dr.^a Graça Bessa da Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego, dizendo que relativamente à atividade agrícola é importante promover a eficiência dos regadios e terão de existir medidas para concluir o emparcelamento no Baixo Mondego. Recordou que há muitos municípios com áreas de campo que precisam de obra.

Tomou a palavra Horácio Santiago da União para as Instituições Particulares de Solidariedade Social descrevendo a instituição, dizendo tratar-se de uma instituição que se baseia no voluntariado. A sua intervenção baseou-se num défice de equipamentos sociais e menciona que desde o financiamento do Portugal 2020, que não apareceram possibilidades de candidaturas neste âmbito, vindo, com isto, prejudicar tanto as instituições bem como as populações.

Interveio o Sr. Padre Luís Costa da Cáritas Diocesana de Coimbra, referindo que relativamente à Coesão Territorial é necessário o investimento nas pessoas, e o que isso implica no seu impacto demográfico, e nas infraestruturas de apoio. Entende que a Rede Social, sendo um Programa que incentiva os organismos do setor público instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área da ação social, a conjugarem os seus esforços para prevenir, ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria, deve ser apoiada em contratos locais de alta qualidade.

Na sua visão, e em jeito de desafio disse ser necessário apoiar o interior numa rede social de proximidade, abordou a questão do envelhecimento ativo e a carência de recursos humanos qualificados.

Tomou a palavra Dr. Nuno Gomes da União das Misericórdias Portuguesas dizendo que a verba alocada à CIM na prioridade 9.7 (Investimentos na saúde e Infraestruturas Sociais), tem uma taxa de execução de 62% e compromisso 92%, do lado da Administração Central (AC) da ARS 74% a verba elencada tem uma taxa de compromisso 100% e de execução 0% recordou que há compromissos assumidos por parte dos organismos da AC para com o setor social, referindo-se neste caso à RNCC (Rede Nacional de Cuidados Continuados), integrados até 2010, aludindo aos investimentos realizados pelos municípios. Solicitou a intervenção da CIM

para que as verbas sejam desbloqueadas nos procedimentos contratualizados e realçou a importância de não perder o investimento na região de Coimbra.

Garantiu que no que diz respeito à reabilitação do edificado das Instituições de Solidariedade Social, não existir nenhum programa específico para permita adaptar aquele edificado às novas exigências que neste momento existem, nem à renovação da frota automóvel, apelou à CIM para interceder nestas matérias junto das entidades competentes.

Interveio Dr. Nuno Pereira, da administração do Porto da Figueira da Foz mencionando que o porto se encontra em crescimento e pretende-se introduzir a complementaridade entre os dois portos, Figueira da Foz e Aveiro, tendo já sido encomendado um estudo que irá apontar o caminho para a estratégia de desenvolvimento. Salienta a importância do acompanhamento do Município da Figueira da Foz onde a área de jurisdição do porto se integra na sua plenitude, como também os Municípios que integram a CIM RC e regiões adjacentes.

A representante da Dueceira, Dra. Maria do Céu Marques, comunicou que fará chegar os contributos desta entidade posteriormente por escrito.

A coordenadora da ADIBER, Dr.^a Ana Duarte, salientou a dificuldade de implementação de estratégias perante este quadro comunitário, nomeadamente com a implementação de pequenos projetos. Sem embargo de posteriormente remeter mais questões de pormenor julga que este novo quadro comunitário deverá aproximar os centros de investigação, inovação e ensino às empresas PME e micro empresas.

Interveio o diretor executivo da ADELO, Dr. António Santos, dizendo que os GAL têm de ter uma estratégia em concordância com a CIM, que a atuação do GAL tem ido de encontro a algumas iniciativas que a CIM RC tem desenvolvido. Para si a alteração do contexto de intervenção é fundamental, os indicadores utilizados atualmente reportam a 2014 e a realidade de hoje é completamente diferente e um exercício de reprogramação com esta distância temporal comporta uma desadequação relativamente aos desenvolvimentos futuros. Sobre a questão do Emprego/desemprego, diz que se encontra uma desadequação entre a boa intenção e o virtuosismo de um programa e depois a adequação passados alguns anos, a escassez de recursos humanos levanta sérios problemas na implementação de projetos.

Sobre a Natalidade e envelhecimento, é importante referir que, existem territórios rurais a ficar desertificados e com isto poderão advir consequências a todos os níveis. Referiu que é importante desenvolver respostas criativas que vão de encontro desta população.

Menciona a importância dos territórios com uma economia dinâmica. Recordou a complexidade dos processos de candidatura e o tempo na sua apreciação, queixa recorrente dos empreendedores.

Tomou a palavra o Eng.^o Rui Rosmaninho do ICNF referindo a importância deste território, distinto de todos os outros, entendendo que não pode ser esquecido este vetor na política de

coesão e desenvolvimento para a região, cuidar o território, gerir as potencialidades e riqueza do sector florestal, agrícola, e tudo o que está relacionado com a economia verde e seu ecossistema, áreas classificadas que esta região deve preservar e potenciar. Sobre as alterações climáticas, alertou para a necessidade de se estudarem os territórios de modo a serem criadas medidas resilientes a estas situações e antecipar os prejuízos daí resultantes.

Da Administração da Região Hidrográfica do Centro interveio o Eng.º Nuno Bravo descrevendo aos conselheiros esta entidade autónoma, ligada à Agência Portuguesa do Ambiente.

Refere que existem boas infraestruturas para os recursos hídricos, mas que, continua a haver a necessidade de proteger o recurso (água) mas para isso têm de estar disponíveis três documentos importantes para a proteção dos recursos hídricos contando também com Instrumentos financeiros como o Fundo Ambiental e o POSEUR. Por último, referiu ser importante que se comecem a taxar os recursos hídricos, estes incontornáveis no seu papel no desenvolvimento dos territórios.

Por sua vez o delegado regional do IEF, Dr. António Costa mostrou-se preocupado com a quantidade de pessoas por ocupação de posto de trabalho, alertou para a taxa de desemprego dos jovens (até 35 anos ou mais) superior à da média da população e a importância em dar resposta aos jovens “ Smart Economy”- empregos com qualidade de vida, que os satisfaçam e a região tem boas condições para oferecer. “Fixar jovens e atrair a capacidade de investimento” considerou fundamental.

Relembrou a necessidade de articulação entre as diversas entidades envolvidas, definindo o que é essencial para a população, com qualidade.

Após auscultação aos conselheiros o Sr. Vice-Presidente do CI e Presidente da CM da Pampilhosa da Serra recordando que existe nesta região, na articulação com os serviços, sensibilidade de quem decide neste território para perceber as diferenças existentes e cada momento avaliar o que é fundamental para cada um dos municípios.

Falou na temática da política de Coesão e dos fundos comunitários que satisfazem as diferentes especificidades dos municípios. Deu nota que foi defendido em Bruxelas um PO para a baixa densidade para diminuir as assimetrias existentes e os contributos dos conselheiros são fundamentais.

O Presidente do CI agradeceu aos conselheiros a análise feita, lembrou os desafios patentes nos diversos setores, o problema da internalização, do ensino superior e sua ligação às empresas, da investigação que estarão em cima da mesa de negociação. Esclareceu que depende muitas vezes de Bruxelas e não apenas dos municípios o desbloquear de verbas para obras estruturantes da região.

O CEDI tomou conhecimento.

4. Apresentação Prioridades para o Ciclo 2021-2027

O Secretário Executivo Intermunicipal aludiu ao documento da Comissão Europeia, facultado aos conselheiros, onde se faz uma análise reflexiva e perspectiva aquilo que serão os próximos eixos que passam de 11 objetivos técnicos para 5 objetivos políticos da estratégia 20-30, áreas claras de financiamento.

A propósito deste tema convidou os conselheiros a visitar e a usar os recursos disponibilizado pelo Centro Europe Direct, sediado nas instalações desta CIM RC, uma estrutura avançada da própria Comissão Europeia.

Referiu os principais investimentos na política de coesão desde 1986, apresentados neste documento e as consequências do Brexit para a Europa.

O CEDI tomou conhecimento.

5. Coimbra Region: A Million Food Stories - Região Europeia da Gastronomia 2021

Apresentação, por parte da Dr.ª Sandra Simões da Escola de Hotelaria de Coimbra da estratégia para a candidatura de Coimbra a Região Europeia de Gastronomia 2021 tendo o Secretário Executivo Intermunicipal desafiado os diferentes organismos e instituições para apresentarem propostas sobre este tema.

O CEDI tomou conhecimento.

6. Urban Agenda

O Secretário Executivo Intermunicipal informou que a CIM RC foi convidada pela Comissão Europeia a integrar as discussões da agenda urbana, trata-se da criação de um conjunto de parcerias que irão criar a agenda de política pública, quais os fundos angariados para a região, no fundo serão os centros de decisão onde se indicam quais as áreas onde os recursos devem ser alocados. Reiterou o pedido de contributos para construção da agenda regional que depois integrará a agenda da região europeia.

O CEDI tomou conhecimento.

7. Transferência de Competências

Retirado para análise em CI a indicar.

8. Outros assuntos

Sem inscrições.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente do CI, deu por encerrados os trabalhos eram doze horas e quarenta e cinco minutos.



De tudo o que ocorreu no decurso dos trabalhos, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente do CI, José Carlos Alexandrino Mendes e pela assistente técnica, que secretariou a reunião.

Coimbra, 20 de maio de 2019

O Presidente do Conselho Intermunicipal
da CIM Região de Coimbra

(José Carlos Alexandrino Mendes)

A Assistente Técnica que secretariou a reunião

(Gisela Maria Vaz Parreiral)